

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

FERNANDA SALES GOMES DOS SANTOS
ISABEL CRISTINA DA SILVA SANTOS

**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA:
A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA**

Rio de Janeiro

2019

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

CITIZENSHIP EDUCATION: THE SOCIAL FUNCION OF SCHOOL

Autoras:

Fernanda Sales Gomes dos Santos

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário São José

Isabel Cristina da Silva Santos

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário São José

Orientador:

Roberto Nunes Bittencourt

Doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O artigo problematiza a relação entre a cidadania e a educação das camadas populares. Tem por objetivo dialogar, no espaço e no tempo, com o conceito de cidadania, buscando averiguar se este possui conteúdo para infundir-se na educação das camadas populares e quais seus limites e possibilidades que precisam ficar claros para dar visibilidade e lugar a novos conceitos e práticas. Para alcançar tal objetivo os conceitos de cidadania e de educação são mergulhados na história e nos conceitos, mais propriamente nas condições em que se assenta a constituição de um cidadão, deduzindo-se, a partir daí, a educação necessária a uma tal constituição. As contradições mostram as possibilidades e os limites da educação como via preferencial de acesso à cidadania, e o fato de que os movimentos sociais populares criam novas formas de produzir, de conviver e de se educar. Nesse processo, gestam novos conceitos cujos conteúdos, marcados pelas práticas de cooperação e solidariedade, parecem projetar a emancipação social em sentido mais amplo do que o proposto pelos princípios formais de liberdade e igualdade em que se assenta a cidadania. Assim, os movimentos sociais populares ampliam também o horizonte da educação para além da cidadania.

Palavras-chave: educação; cidadania; escola.

ABSTRACT

The article discusses the relationship between citizenship and education of the popular strata. It aims to dialogue, in space and time, with the concept of citizenship, seeking to ascertain if it has content to be infused in the education of the popular classes and what its limits and possibilities need to be clear to give visibility and place to new concepts. and practices. To achieve this goal, the concepts of citizenship and education are steeped in history and concepts, more specifically in the conditions on which the constitution of a citizen is based, from which the necessary education for such a constitution is deduced. The contradictions show the possibilities and limits of education as the preferred way of access to citizenship, and the fact that popular social movements create new ways of producing, living and educating themselves. In this process, new concepts are born whose contents, marked by practices of cooperation and solidarity, seem to project social emancipation in a broader sense than proposed by the formal principles of freedom and equality on which citizenship is based. Thus, popular social movements also broaden the horizon of education beyond citizenship.

Key-words: education; citizenship; school.

INTRODUÇÃO:

O olhar que se lança sobre a educação escolar é estabelecida cultura e socialmente. Isso está presente não só no currículo, como também na relação professor-aluno. A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de direitos sem distinção de qualquer natureza. Contudo, apesar do texto legal garantir essa igualdade, em nossa sociedade, é possível perceber que várias classes produzem a desigualdade e que são reproduzidas nas práticas cotidianas, influenciando a configuração das identidades. Já nascemos precisando de documentos que nos garantam legitimidade civil, crescemos escutando que temos de ir à escola para nos tornarmos cidadãos de bem. De certa forma aprendemos que cidadania se aprende na escola.

Nos mais diversos âmbitos, as práticas e os discursos são carregados de uma ideologia dominante, na qual aquele que difere do padrão (homem, branco e heterossexual) é visto de forma excludente. E, sendo assim, como eleger uma cidadania que não exclua ninguém? Com essa situação, torna-se necessário compreender as diversas concepções da escola e de seu lugar como forma de tentar entender se realmente a base da escola é educar para cidadania.

O artigo parte do pressuposto de que a educação é caminho fundamental para a construção da cidadania. Ao responder a questão “o que é ser cidadão?” o que se busca entender é que a cidadania é ter direito a vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar do destino da sociedade, votar ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, à uma velhice tranquila.

Frente ao exposto, a pesquisa aponta como objetivo principal discutir a escola como espaço de construção da cidadania. Ademais, cumprem-se, mais especificamente, os objetivos de entender o conceito de cidadania e o seu exercício em sala de aula; relacionar o trabalho docente com a construção da cidadania de seus alunos; propor atividades docentes para a construção da cidadania do corpo discente.

Em meio a tempos em que nossa sociedade está cada vez mais confusa, perceba a escola como o espaço em que a cidadania mais se aplica. E na escola que a criança

inicia sua participação como o todo, a escola é o local da diferença. Muitas vezes é o primeiro local em que a criança se vê fora do seio familiar. Mensurar o papel da escola para a efetivação do conhecimento da pessoa como cidadão é uma forma de contribuir para que de fato as pessoas se percebam como peças fundamentais na participação política e econômica de um país. E para que se entenda que todo cidadão possui deveres e direitos. Sendo assim, a educação brasileira deve se voltar para a construção da cidadania, formando sujeitos críticos que saibam da sua importância para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Em outras palavras, como se desenvolverá no decorrer do texto, a escola como promotora da educação para e na cidadania é aquela que se preocupa com uma proposta de ensino que constitui o sujeito cidadão como um ser crítico, questionador, reflexivo e atuante na sociedade. Possibilitam-se assim aprendizagens que vão além do currículo fragmentado, pautando-se na gestão democrática, na autonomia e na criticidade.

CIDADANIA E SER CIDADÃO NO SÉCULO XXI

Os conceitos de "cidadão" e de "cidadania" têm historicidade e se alteram conforme a época e o espaço, dependendo, também, de aspectos culturais das sociedades. Para Carvalho (2016), conforme explicitada em sua obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, “a cidadania inclui várias dimensões e [...] algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico” (CARVALHO, 2016, p. 9).

Para o desenvolvimento de sua análise, um percurso da construção da cidadania no Brasil do período colonial ao término da ditadura civil-militar brasileira, Carvalho (2016) parte do modelo analítico proposto por Thomas Marshall — a tríade de direitos civis, políticos e sociais. Marshall pressupõe uma lógica histórica e sequencial para o desenvolvimento desses direitos (inicialmente civis, depois políticos e, por fim, sociais).

Carvalho (2016), por sua vez, pondera que a experiência brasileira seguiu outro percurso. O autor define cada uma dessas esferas:

O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos. Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. [...] [Direitos políticos] se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. [...] Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (CARVALHO, 2016, p. 9-10).

Na conclusão de sua obra, Carvalho (2016) retoma essa definição para explicar como se deu, no Brasil, a conquista de direitos.

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [Getúlio Vargas]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito ao voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis [...] continuam inacessíveis à maioria da população. (CARVALHO, 2016, p. 219-220).

Botelho e Schwarcz (2012), no entanto, a cidadania deve ser compreendida como uma “identidade social politizada”. Ou seja, a cidadania “[...] envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas [...]” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 11). Isso significa que o entendimento do que é ser cidadão também se relaciona aos valores e práticas dos direitos e do reconhecimento de direitos — que terminam por delimitar a cidadania.

Em suas palavras:

Cidadania é noção construída coletivamente e ganha sentido nas experiências tanto sociais quanto individuais, e por isso é uma identidade social. Claro que pensamos aqui em identidade como uma construção social relativa, contrativa e situacional. Ou seja, ela é uma resposta política a determinadas demandas e circunstâncias igualmente políticas, e é volátil como são diversas as situações de conflito ou de agregamento social. Porque é política, também sua força ou fragilidade depende das inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas. Confrontos e negociações que, por sua vez, variam enormemente à medida que avançam os processos de construção do Estado-nação, da expansão capitalista, da urbanização e da coerção — e

pensamos aqui especialmente na guerra. “Identidade social politizada” significa, portanto, que a extensão dos direitos da cidadania democrática deve ser pensada como resultados possíveis das contendas concretas de grupos sociais, e que essas contendas são, por sua vez, fontes poderosas de identificação intersubjetiva e reconhecimento entre as pessoas. (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 12-13).

Essa definição se aproxima um pouco mais dos sujeitos históricos e de suas relações sociais configuradas no século XXI. A passagem para o século XXI nos demonstra a complexificação das questões culturais e étnicas nas sociedades, exigindo uma compreensão de cidadania que garanta a diversidade cultural. A compreensão do conceito de cidadania implica, necessariamente, um entendimento da conquista de direitos através de confrontos e lutas da sociedade organizada ou agindo autonomamente. No entanto, essa realidade não faz o Brasil ser diferente em relação aos outros países e às lutas da sociedade civil.

Com afirmam Bertaso e Rocha (2017, p. 202): “O reconhecimento do “outro” coloca-se como uma das mais importantes questões do nosso tempo, que inquieta os grupos envolvidos no resgate daqueles que estão excluídos/esquecidos da nossa sociedade. A ideia da inclusão, da interação e do reconhecimento sinaliza caminhos a uma vida digna a todo o ser humano”. A cidadania deve ser compreendida com base em uma percepção de diversidade e de pluralidade. Assim, é necessário questionar a formulação dos critérios de diferenciação e exclusão e combatê-los quando forem assentados em hierarquias ou preconceitos. Por isso, a diversidade cultural deve ser compreendida para além do respeito à diferença, mas como um enfrentamento às estruturas que causam a diferenciação:

Ressaltamos a necessidade de superar as relações de poder que sustentam a intolerância e os preconceitos que fizeram as hierarquias sociais justificadoras da subalternização, assimilação e aculturação das diversas minorias. Interculturalidade consagra o conagraçamento e as interações entre a pluralidade das identidades que compõem a sociedade humana. Nessa direção, pensa-se em uma proposta em defesa da diversidade de todas as formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, já que se considera um conjunto de aspectos fortemente ligados e que marcam tanto a inclusão quanto as exclusões. Implica, assim, compreender e reconhecer a diversidade e pluralidade étnica e cultural das sociedades atuais; as demandas por inclusão paritária, considerando a pluralidade de esferas de valor e práticas institucionais em reparação de exclusões históricas, pelas quais se fizeram hierarquizações em base das diferenças sexuais, de gênero, classe, idade e étnicas. Incluem-se as demandas por reorientação das políticas públicas no sentido de assegurar esferas públicas — espaços de manifestações — plurais e diversificadas, para que todos os grupos e culturas

possam desfrutar, de forma paritária, dos encaminhamentos de suas demandas políticas, sociais e de subjetividades. (BERTASO; ROCHA, 2017, p. 204).

O cidadão do século XXI, portanto, é um sujeito que extrapola as definições focadas no modelo nacional. Ele apresenta à sociedade e às instituições reivindicações de intervenção e de acesso paritário, em condições de igualdade. Transcende, também, a noção de que a cidadania é uma concepção atrelada ao Estado, o qual “protege” os direitos dos cidadãos.

A ideia de cidadania hoje implica inclusão, interação e reconhecimento, e sinaliza para uma vida igualmente digna a todo o ser humano. Estamos diante de novas demandas políticas, sociais e culturais. Essas demandas afloram/ desvelam exatamente a problemática que a sociedade está trazendo como um dos tantos aspectos que estão a desafiar nossa sensibilidade enquanto cidadãos e cidadãs. Em sociedades multiculturais, como projetada, a cidadania permanece dotada de uma potência política; neste contexto, compreendida desde as práticas sociais do cotidiano, reconhecendo o sujeito concreto e sua capacidade real de intervenção nas relações sociais de poder e força, de poder decidir sobre o destino de suas vidas. (BERTASO; ROCHA, 2017, p. 203).

Somente a partir da compreensão do Brasil como um país multicultural e pluriétnico é que se pode pensar em uma efetiva interação entre os grupos étnico-culturais componentes da sociedade, com reais condições de igualdade de oportunidades e com respeito recíproco, sustentando a democracia. A diversidade cultural engloba essas diferenças culturais que existem entre as pessoas, que perpassam linguagem, vestimentas, danças, heranças físicas e biológicas, assim como tradições. Além disso, é necessário considerar que as sociedades se organizam conforme a sua concepção de moral e de religião. A forma como interage com o ambiente é a identidade própria de um grupo humano em um território e em determinado tempo. Assim, o cidadão do século XXI é aquele que articula a cidadania enquanto um princípio de legitimidade política e de luta; a cidadania como construção identitária (enquanto pertencimento e reconhecimento); e a cidadania enquanto um conjunto de valores que permite uma atuação democrática.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: RELAÇÕES

O principal objetivo da Base Nacional Comum Curricular é promover o desenvolvimento integral dos estudantes. Para isso, estabelece dez competências gerais que irão nortear as três etapas da educação básica e articular-se na construção dos conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Entre algumas das competências gerais propostas pela Base Nacional Comum Curricular, estão: responsabilidade e cidadania para tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; repertório cultural para fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural; e cultura digital para comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a concepção de Educação irá orientar as escolas brasileiras. Em tempos de intensa polarização e de muitos questionamentos sobre o modelo tradicional que falha no quesito de preparar os estudantes para os desafios de uma vida contemporânea, a pesquisa contribui para a construção de consensos sobre quais pessoas queremos formar.

Em síntese, a BNCC aponta que a Educação Básica brasileira deve promover a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Isso significa orientar-se por uma concepção de Educação Integral, que não se refere ao tempo de permanência do estudante no espaço escolar ou a uma determinada modalidade de escola.

Nesse caso, Educação Integral indica promoção do desenvolvimento de crianças e jovens em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Esse direcionamento implica que, além dos aspectos acadêmicos, precisamos expandir a capacidade dos alunos de lidar com seu corpo e bem-estar, suas emoções e relações, sua atuação profissional e cidadã e sua identidade e repertório cultural.

No entanto, o foco das escolas passar a ser não apenas a transmissão de conteúdos, mas o desenvolvimento de competências, compreendidas como a soma de conhecimentos (saberes), habilidades (capacidade de aplicar esses saberes na vida

cotidiana), atitudes (força interna necessária para utilização desses conhecimentos e habilidades) e valores (aptidão para utilizar esses conhecimentos e habilidades com base em valores universais, como direitos humanos, ética, justiça social e consciência ambiental).

O papel da escola é justamente esse: fazer compreensível o significado dos conceitos, das normas e valores, se esforçar para torná-los visíveis, assimilar os valores no seu comportamento ao conscientizá-los na sua relação com os outros alunos afirmando sua autonomia, estabelecer limites ao exercício da liberdade, contribuir para uma convivência democrática. Desta forma, a escola deve preocupar-se, possibilitando condições para que a sociedade que a abriga ingresse em seu meio, assumindo assim seu compromisso como local de transmissão de saber e construção do conhecimento, o papel da escola neste mundo que se transforma, deve estar equilibrado entre uma função sistêmica de preparar cidadãos tanto para desenvolver suas qualidades como para a vida em sociedade. Ao mesmo tempo, deve exercitar sua função crítica ao estudar os principais problemas que interferem em sua localidade, devendo apontar soluções.

Segundo Delors (1999, p. 89):

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes.

A escola, portanto, deve possibilitar o desenvolvimento do pensamento reflexivo, que contribui decisivamente para a promoção do progresso, combinando a capacidade de questionar com atitudes de espírito aberto. A partir desse ensino reflexivo, é possível propiciar caminhos para que o aluno busque conhecimentos que vão além daqueles propostos pelos conteúdos, de forma que haja uma mudança de paradigmas e uma implementação de ações que envolvam e insiram os sujeitos nas transformações postas pela sociedade. Assim, justamente, a escola deve se configurar como um lugar repleto de diversidades, em que todos são aprendizes e refletem constantemente sobre os seus afazeres. Tanto alunos quanto professores necessitam de espaços de diálogo e

conhecimento que contribuam para a formação desses sujeitos. Nesse sentido, a escola deve ser um espaço propício para a construção de uma sociedade democrática, voltada para a formação da cidadania e consciência crítica, que combata todas as formas de exclusão social e que entenda o aluno como ser integral e pleno.

Portanto, a escola vai deixando de ser meramente conteudista para assumir uma postura crítica e reflexiva, unindo a teoria e a prática para o enriquecimento do fazer diário e para o direcionamento de novas formas de pensar. O sujeito, nesse contexto, conscientiza-se sobre o papel que exerce, problematizando a prática, organizando situações e mediando os processos. A partir da construção dessa escola, é possível pautar as ações cotidianas em práticas inclusivas, democráticas, atuantes e críticas, a fim de problematizar e contextualizar a realidade em que se está inserido, voltando-se para um ambiente propício à reflexão e à aprendizagem.

Para Ramos (2010) a escola é o lugar da diferença e ela condena a responsabilidade que a mídia e os políticos imputam à escola como responsável pelo desenvolvimento do país e pela promoção da igualdade. Em contrapartida, a escola mais do que transmitir conhecimento ou veículo de interação social, serve para formar cidadãos. É o que leva Candau (2000, p. 13-14) a dizer que “A concepção de escola que se foi consolidando apresenta como uma instituição orientada fundamentalmente a promover a apropriação do conhecimento considerado socialmente relevante e a formação relevante e a formação para a cidadania”. Assim, também a escola prepara o homem para o mercado de trabalho visando ao desenvolvimento/progresso rumo às tecnologias e modernização que cresce em ritmo acelerado.

Não podemos deixar de lado a história de nosso país que foi palco de um terrível episódio de ditadura civil-militar que, apesar de ter aumentado as vagas nas escolas, diminui sua qualidade, o que ainda se reflete na educação de hoje, fazendo com que o termo educação para cidadania condense a ideia que setores diferentes da sociedade têm sobre o papel da escola. Na história do país, o lema “educação para cidadania” se constitui como algo que estava associado à democratização da escola. Pensando que a educação para cidadania que significou luta para democratização hoje se tornou um significante vazio na medida em que começou a tomar vários pontos.

Para Laclau a ideia de significante vazio significa algo que foi apropriado e significado de tantas formas que perdeu o sentido. “Todos podem estar nele”. A ideia vai sendo esvaziada do seu sentido. É o exterior constitutivo que dá os elementos que irão significar, por exemplo, o que é qualidade na educação, a partir do que não é, cadeia de equivalência. Laclau não fala diretamente das concepções de escola, mas com sua teoria do discurso me faz pensar em como isso também se aplica no lema educação para cidadania e como isso da corpo para a discursão do que se pretende com a cidadania que acha-se ser ensinada/transmitida na escola. Para Laclau, discurso é o que compõe a totalidade estruturada, conjunto de significantes que estruturam uma totalidade. Essa estrutura da totalidade é o discurso da modernidade. Para ele nenhuma totalidade é completa. “Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas.” (MENDONÇA, 2008, p.27)

Para Paulo Freire, mais que entender como somar, dividir ou decodificar os sons das letras, na escola se deveria ganhar o passaporte para a dignidade. Com sua educação libertária Freire acredita que a escola tem o papel de formar cidadãos plenos de seus direitos e deveres e acima de tudo críticos, que participem politicamente de sua história sabendo definir o que é melhor para si. Com o levantamento dos significados atribuídos a escola voltando meu olhar para que tipo de cidadania pretende-se ensinar na escola, levanto as dúvidas: o que se pretende com a educação para cidadania? Quem define o que é cidadania? Quem é privilegiado com a cidadania que é aprendida na escola? Qual o significado da vinculação entre cidadania, nação e escola num momento em que as identidades nacionais estão sendo postas em xeque?

RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO: A ESCOLA, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

A gestão democrática, que é uma ação conjunta, deve fazer parte da rotina escolar como um todo. Para que ela realmente aconteça de maneira eficaz, é necessário que todos os envolvidos participem, argumentem, questionem, sugiram e principalmente

possibilitem o diálogo. Desse modo, a equipe gestora deve executar, organizar, avaliar as ações e integrar os diferentes componentes do segmento escolar a fim de que o grupo tenha maior autonomia para enfrentar as mudanças com clareza, cooperação, interesse, confiança e participação de todos.

Para que o trabalho seja significativo, é preciso que haja, por parte dos profissionais da educação, uma constante reflexão sobre a prática pedagógica, num processo de reflexão-ação voltando-a ao contexto social, sendo uma pedagogia transformadora que envolve um movimento dinâmico e dialético. A sociedade tem passado por profundas mudanças nas últimas décadas, que têm afetado de forma fundamental a estrutura e equilíbrio das famílias. A escola também, ainda que de forma mais lenta e compassada, tem procurado se adaptar a essas mudanças, mas o que urge nos nossos dias é a interação entre ambas, promovendo uma maior eficiência na educação e ensino das crianças.

Como ressalta Osorio (1996, p. 82) “Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência”.

A escola como detentora do conhecimento científico deve fornecer e promover nessa relação, todo seu cabedal de conhecimento de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos particulares da situação social e cultural ora vigente, e que influenciam de forma decisiva o equilíbrio familiar. Por sua vez as famílias, responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, promovendo, questionando, sugerindo e interagindo de forma a fornecer elementos que através de discussões e ampla comunicação com os educadores promovam as iniciativas que vão de encontro às necessidades dos educandos.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades... (PIAGET, 1972 Apud JARDIM, 2006,p.50).

Faz-se necessária uma abordagem individualizada dessas duas instituições para uma melhor compreensão de sua situação atual e como isso influencia a relação família escola. Segundo Mizukami (Apud, FREIRE – 1975, p. 101), esse tipo de sociedade mantém um sistema de ensino baseado na educação bancária (tipologia mais aproximada do que se entende por ensino nessa abordagem), ou seja, uma educação que se caracteriza por depositar no aluno conhecimento, informações sobre os fatos, etc.

Pode-se afirmar que as tendências englobadas por este tipo de abordagem possuem uma visão individualista de processo educacional não possibilitando na maioria das vezes, trabalhos e cooperação nos quais o futuro cidadão possa experimentar a convergência do esforço. A educação e o diálogo na medida em que não é transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam as significações dos significados.

Na prática o processo da educação, durante o período em que o aluno frequenta a escola, ele se confronta com modelos que lhe puderam ser úteis no decorrer de sua vida durante e após a escola. A educação está intimamente ligada a transmissão cultural. É quase impossível de o estudante descobrir por si mesmo qualquer parte substancial da sabedoria de sua cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos, foi possível entender que nem em todos os contextos existe uma educação de qualidade e equânime. Em relação à preparação da cidadania, vimos qual é o papel da educação para essa construção e que é necessário formar alunos que não se deixam manipular pelos poderes sociais, que sejam críticos e cidadãos de verdade. Precisamos de uma educação inclusiva, que assuma a sua liberdade e que respeite as diversidades de experiências, saberes, identidades, entre outras.

Além disso, foi possível perceber que o direito da cidadania está presente nas leis, tanto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2015), como no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2015) e na Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (BRASIL, 2015), mas isso não significa que esta acontecendo na realidade, em todos os lugares do mundo, ou ao menos no nosso país. Isto porque, ainda temos um grande distanciamento entre o que está exposto nas políticas públicas e o que está sendo desenvolvido no contexto escolar, ou seja, colocado em ação. Ao analisarmos as estruturas e o funcionamento das escolas percebemos que a construção da cidadania pode ocorrer, nos diferentes espaços da escola. Não necessita ser exclusivamente dentro da sala de aula, pois a educação e a construção da cidadania ultrapassam as paredes da sala. Para que isso, realmente aconteça necessita-se uma maior preocupação, não somente com os conteúdos, mas também com a cidadania e a formação de cidadãos críticos e pensantes.

Nota-se que as escolas estão preocupadas em transmitir, concluir os conteúdos e formar um mero cidadão para obedecer às leis, ou apresentarem um alto índice nas avaliações externas. Não tendo com intuito realizar a transformação da sociedade, formando cidadão críticos e políticos.

Este estudo pode fornecer uma grande contribuição para as escolas iniciarem o seu devido papel e perceberem que esses jovens um dia serão cidadãos do futuro e que deverão fazer muitas escolhas, expor opiniões, diminuir com as desigualdades, respeitar os outros, saber se expressar e muitas outras atitudes que demonstram a cidadania e o reencontro para o bom caminho que perpetuará de geração para geração. Deste modo, necessitamos buscar, elaborar e pensar em uma educação para cidadania, em que todos sejam responsáveis por esse processo. Conhecendo assim, os seus direitos e os seus deveres, além de pensar e refletir de forma crítica sobre a realidade da atual sociedade, buscando sempre o bem comum e a melhoria das condições de vida.

REFERÊNCIAS

- BERTASO, J. M.; ROCHA, L. S. Olhar sistêmico sobre cidadania e diversidade cultural. RDU, Porto Alegre, v. 13, n. 75, p. 202-217, maio/jun. 2017.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BRASIL. Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília 1996. Disponível em: . Acesso em: 08 ago. 2015.
- CARVALHO, Jose Murilo. Cidadania: tipos e percursos. Pesquisa realizada no CPDOC com financiamento da FINEP, 1996.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. Família Hoje. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- RAMOS, Magdalena. Introdução à Terapia Familiar. São Paulo: Ática, 1990.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/14/competencia-responsabilidade-e-cidadania>